Contando a história atual: narrativas midiáticas sobre as manifestações de junho no Brasil¹⁰

Carla Leila Oliveira Campos – IPTAN
Doutora em Estudos Linguísticos – UFMG
E-mail: carlalc campos@globo.com
Fone: (32)3379-2725

Bianca Rabelo de Melo – IPTAN
Bacharelada em Direito – IPTAN
E-mail: biankarm@yahoo.com.br
Fone: (32)3379-2725

Júlia Virgínia Sampaio – IPTAN
Bacharelada em Direito – IPTAN
E-mail: julia.v.s@hotmail.com
Fone: (32)3379-2725

Data de recepção: 01/06/2015
Data de aprovação: 18/06/2015

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar, por meio de categorias dos modelos mentais de evento (VAN DIJK, 2000b) – no caso, qualificações e objetivos –, como os grupos sociais envolvidos nos protestos ocorridos em junho de 2013 no Brasil são representados nas narrativas midiáticas e como essa representação contribui ou não para a credibilidade desses protestos e, consequentemente, para a construção da imagem dos grupos envolvidos no conflito. Para sua realização, filiamos-nos ao quadro teórico da Análise Crítica do Discurso (ACD), proposto por van Dijk, com o objetivo de compreender o funcionamento discursivo das narrativas midiáticas na construção da imagem desses grupos nas seguintes revistas semanais de informação: Veja, Isto É, Época e Carta Capital. Nossas análises revelaram-nos como os posicionamentos ideológicos dos locutores das narrativas possibilitam a construção da imagem desses grupos de acordo com óticas particulares sobre o evento em questão.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso – Narrativas – Protestos

¹⁰Artigo resultante de projeto de pesquisa desenvolvido no Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN – sob fomento da FUNADESP e da FAPEMIG.

Introdução

Não há dúvidas de que os protestos que ocuparam as ruas de todo o Brasil, em junho de 2013, marcaram a história atual do país. Ninguém esperava que, justamente no período de um evento esportivo, a Copa das Confederações, uma massa de jovens tomara as ruas do país para apresentar sua insatisfação em relação a problemas políticos e sociais, os mais diversos. E mais, que esses protestos tomariam imensa proporção dentro e fora do país. Também na mídia, a visibilidade que se deu a essas manifestações foi enorme. A qualquer hora do dia, os canais de TV e os sites da Internet traziam informações atualizadas sobre o evento em todo o Brasil. O tema ocupou a capa de vários jornais e revistas, foi muito abordado em notícias televisivas e na Internet.

Considerando a repercussão midiática desses protestos, selecionamos como corpus, neste trabalho, quatro especiais publicados por revistas semanais de informação. São eles: "Os sete dias que mudaram o Brasil", reportagem de capa da Edição Histórica da revista *Veja*, publicada em 26 de junho de 2013; "Hoje é você quem manda: a voz das ruas se impõe, assusta os políticos, conquista vitórias e mostra que veio para ficar", título da capa da revista *Isto É*, de 26 de junho de 2013; "Pátria amada Brasil: onde vai parar a maior revolta popular na história da democracia brasileira?", capa da revista *Época* de 24 de junho de 2013; e a reportagem de capa "Parem de subestimar o povo: ninguém controla a rua. As tentativas até agora fracasadas de manipular os protestos", da revista *Carta Capital*, de 21 de junho de 2013.

Pretendemos, nessas reportagens especiais, analisar, via categorias dos modelos mentais de evento (VAN DIJK, 2000b), como os grupos sociais envolvidos nos protestos são representados nas narrativas midiáticas e como essa representação contribui ou não para a credibilidade desses protestos e, conseqüentemente, para o questionamento dos grupos que detêm o poder, levando em consideração os posicionamentos assumidos por essas revistas em relação às manifestações. Em suma, pretendemos compreender como as narrativas midiáticas de diferentes órgãos de comunicação representam os sujeitos/grupos sociais envolvidos nos protestos, escrevendo a história atual do Brasil, influenciando e construindo nossas visões sobre o evento em questão.

Entendemos, portanto, que, dado o alto poder da mídia em produzir e fazer circular material simbólico, não há como negar a influência que esses textos exercem na formação de nossa opinião sobre os fatos e os sujeitos neles envolvidos e, conseqüentemente, no julgamento dos objetivos desses sujeitos. Considerando a distribuição do poder na sociedade, essa observação faz-se relevante na medida em que nem todos os grupos têm acesso igualitário aos discursos socialmente valorizados, como os da mídia, por exemplo. Isso dá a um determinado grupo o direito não apenas de propor suas versões narrativas dos eventos como também o de reformular as narrativas dos outros grupos (DE FINA; GEORGAKOPOULOU, 2012, p. 136).

Se os conteúdos expressos nas reportagens, por meio das categorias linguísticas que compõem os textos, contribuem para a manufatura da opinião pública, justifica-se, pois, a escolha do tema deste trabalho. Afinal, se os protestos que tomaram as ruas na época da Copa das Confederações diziam refletir os anseios da população em face do poder constituído, a forma como se deu a personificação dos manifestantes e dos grupos contra quem manifestavam reflete a ótica midiática sobre esses grupos e, conseqüentemente, contribui para a construção de suas imagens na sociedade como um todo. É também por isso que se justifica a opção por analisar diferentes revistas, pois, por meio de suas narrativas, pretendemos compreender se há um discurso hegemônico sobre os eventos em questão ou se podemos falar em divergência de posicionamentos ideológicos, principalmente, se considerarmos, por exemplo, que a revista *Carta Capital* se intitula como um meio de comunicação que destoa da grande mídia, representada pelas outras três revistas a serem analisadas.

Para realizarmos este trabalho, associaremos a análise das propriedades internas do texto à estrutura socioideológica de sua emergência, justificando a adoção da ACD como quadro teórico e metodológico de abordagem do corpus.

1. Pressupostos teóricos e metodológicos de abordagem do corpus

Não restam dúvidas de que as narrativas estão presentes de forma muito marcante em nossa cultura, exercendo um papel fundamental na elaboração de nossa compreensão do meio no qual nos localizamos. Desde que nascemos, somos confrontados com narrativas, sejam elas ficcionais ou não, de fundo moralizante ou marcadas pela crítica social. Com o desenvolvimento e expansão dos órgãos de comunicação de massa, nossa convivência com textos narrativos se tornou ainda mais próxima, o que nos leva a concordar com Fulton (2005a) quando afirma que num mundo dominado pela mídia impressa e eletrônica, nosso senso de realidade é estruturado por narrativas.

Amplamente discutida por van Dijk, a questão do acesso ao discurso midiático se associa à distribuição do poder e da dominação nas sociedades atuais. Em artigo intitulado *Ideology and Discourse Analysis* (2000b), o autor afirma que a questão do poder está vinculada à relação entre grupos e instituições sociais, envolvendo o controle das práticas discursivas. O autor trabalha, desse modo, com uma concepção de poder como uma forma de controle social em que se atua sobre as representações de mundo, as práticas sociais e os agentes envolvidos nessa prática. Nesse sentido, o poder da mídia não se restringe à sua influência sobre a audiência, mas também envolve seu papel dentro da estrutura de poder social, cultural, política ou econômica.

Desse modo, van Dijk (2000b) destaca três questões fundamentais no que diz respeito às relações entre discurso e poder: o acesso às formas discursivas, à política e à mídia; o entendimento de que as ações estão sob o controle da mente, pressupondo que controlar a mente do outro, seu modo de conhecimento, implica controlar suas ações; e, terceiro, o discurso manifestado através dos textos como fator fundamental de controle da mente e, portanto, das ações que se quer obter.

Acentua-se, portanto, o papel do discurso e de sua importância para o exercício e a manutenção do poder, uma vez que o acesso aos recursos de poder, como controle social das representações em jogo, não é igual para todos os membros da comunidade: há grupos que têm acesso privilegiado a esses recursos, garantindo-lhes não só o exercício, mas também a manutenção e a manipulação do poder. Nessa perspectiva, o poder não é visto como uma força imposta de cima para baixo, mas como algo construído e negociado por meio de mecanismos concretos e locais de interação discursiva (DE FINA; GEORGAKOPOÚLOU, 2012, p. 128).

Nesse cenário, a mídia ocupa um lugar privilegiado na reprodução desse poder social. Para van Dijk (1995b), no âmbito da atualidade, juntamente com a escola, a mídia é uma das principais reprodutoras das ideologias na sociedade pelo seu grande poder de disseminação de informações. Nesses termos, o autor ressalta que, através de seus repórteres ou correspondentes, a mídia é geralmente a primeira a testemunhar ou descrever os eventos, o desenvolvimento da informação, ou a situação local. Sua definição da situação contribui, dessa forma, para a manufatura da opinião pública por meio da imagem que constrói dos grupos e eventos sociais.

Steinberger (2005), por sua vez, defende que a mídia, na construção social da realidade, controla os sistemas simbólicos e classificatórios, construindo representações sociais bipolares – calcadas nas diferenças entre o nós e o outro, a identidade e a alteridade – com base na desigualdade do acesso aos sistemas midiáticos.

A mídia, portanto, não só seleciona o que se deve falar, mas como se deve falar e para quem se deve falar. O conhecimento que temos do mundo e dos eventos sociais passa, portanto, por esse processo de seleção que é reflexo de posicionamentos ideológicos que operam na construção do discurso midiático.

Nesses termos, as notícias e reportagens midiáticas, ainda que não se configurem em gêneros ficcionais, usam os modelos narrativos na apresentação de suas versões dos fatos sociais. Segundo Dunn (2005), o uso de semelhante modelo pela mídia pode criar um efeito de objetividade e neutralidade – contamos os fatos exatamente como eles ocorrem. Contudo, semelhante efeito procura mascarar o fato de que as narrativas midiáticas representam uma “visão” da realidade que não pode ser apreendida em sua totalidade.

As oposições binárias entre indivíduos, transformados em personagens, são claramente perceptíveis no uso rotineiro do conflito, por parte da mídia, como forma de enquadramento das histórias (FULTON, 2005b), alimentando oposições do tipo: esquerda versus direita, oriente versus ocidente, bem versus mal, possibilitando a personalização dos indivíduos como heróis ou vilões.

Com o objetivo de compreender como as relações sociais e discursivas podem influenciar o sistema cognitivo dos participantes do evento comunicativo, van Dijk propõe a adoção da noção de modelos mentais, como a interface entre as estruturas sociais e o indivíduo. Os modelos são representações cognitivas de experiências e interpretações pessoais, incluindo o conhecimento e as opiniões pessoais. Eles representam as interpretações que os indivíduos fazem de pessoas, eventos e ações específicos e são, essencialmente, o complemento natural das situações. Quando as pessoas testemunham uma cena ou uma ação, leem ou ouvem sobre um evento, elas constroem um modelo único daquela situação ou atualizam um modelo já existente, sendo, portanto, os modelos, também, a base referencial da compreensão textual (VAN DIJK, 2000b).

Segundo o autor, esses modelos se subdividem em modelos de contexto e modelos de evento. O modelo de contexto envolveria o conhecimento dos participantes sobre a situação de comunicação, sendo essencial para o seu desenrolar. A condição parcial sobre o conhecimento mútuo dos participantes envolveria relações contextuais, como o interesse dos participantes e importância da informação e as relações sociais entre esses participantes, entre outras coisas. Já os modelos de evento são representações de fragmentos do mundo, construídos com base na percepção do indivíduo em relação aos eventos sociais.

Para van Dijk (1985), os modelos de evento funcionam como mapeamentos cognitivos relevantes, parciais e subjetivos do mundo real e, portanto, das situações sociais. Ao invés de fragmentos e situações do mundo real, os modelos de evento fornecem bases referenciais à interpretação do discurso.

Os modelos de evento não englobam, entretanto, somente conhecimentos individuais e subjetivos sobre situações concretas, mas também crenças e opiniões (crenças avaliativas) oriundas dos grupos sociais aos quais os indivíduos pertencem.

Os modelos de evento caracterizam-se, pois, por permitir representações rápidas, efetivas e relevantes, e a recuperação da informação de situações sociais na produção e compreensão do discurso. Eles são formados por um esquema que consiste em um número de categorias fixas. Esse esquema é estrategicamente efetivo em nossa tarefa contínua de compreensão das situações sociais. Dessas situações, nós tendemos a processar tipos de informações particulares e esses tipos de informação serão estocados em categorias específicas do esquema dos modelos.

A abordagem teórica de van Dijk (2000b) propõe, dessa forma, que as situações podem ser analisadas em termos de participantes, objetivos, regras, suporte ambiental e ações. Considerando o objetivo de nosso trabalho, voltaremos nossos olhares para duas dessas categorias: os participantes – mediante suas qualificações – e seus objetivos¹¹.

Desse modo, resumindo o que foi afirmado até então, podemos concluir que os modelos de evento são estruturas hierárquicas e proposicionais, formando um “esquema” estrategicamente efetivo, envolvendo categorias como espaço (tempo, localização, ambiente, condições), participantes (em seus diversos papéis, objetivos e qualificações) e ações cada qual com possíveis categorias modificadoras, especificando uma avaliação subjetiva. Os modelos formam, portanto, a base para a compreensão dos eventos sociais com os quais os atores sociais são confrontados diariamente.

Considerando, como dito anteriormente, que eles não são apenas individuais e subjetivos, podemos concluir que os modelos de evento formam, portanto, a interface entre representações sociais generalizadas, por um lado, o uso individual dessas representações na percepção social, interação e produção discursiva, por outro.

Assim, outro ponto fundamental da teoria do discurso aqui adotada refere-se à questão da ideologia e seu papel na reprodução das relações sociais entre os grupos.

Ao propor uma teoria multidisciplinar de análise do discurso, van Dijk (1995a) afirma a necessidade, também na abordagem da ideologia, de uma teoria triangular que relacione sociedade, discurso e cognição social. Dessa forma, as ideologias são consideradas primeiramente como um tipo de sistema de ideias ou de cognições sociais partilhadas, ocupando um lugar no campo simbólico do pensamento, isto é, no sistema cognitivo. De acordo com a dimensão social, as ideologias estão associadas a interesses, conflitos e lutas entre grupos e instituições sociais envolvidos em seu desenvolvimento e reprodução. Elas podem, portanto, servir tanto à legitimação quanto à resistência ao poder e à dominação, levando-se em consideração o acesso às práticas discursivas. Finalmente, o conceito de ideologia pode estar associado ao uso da linguagem, o que significa que as ideologias são tipicamente expressas e reproduzidas na e pela linguagem. Isso não significa que elas sejam expressas

¹¹Em outro artigo oriundo do mesmo projeto de pesquisa, analisamos as categorias participantes e ações.

somente por meio da linguagem, mas o uso da linguagem, dentre as outras práticas sociais, desempenha, segundo van Dijk (2000a), um importante papel na reprodução das ideologias. Para o autor, é pelo discurso principalmente, que as ideologias são expressas, adquiridas e representadas, por meio de estruturas e estratégias textuais. A dimensão discursiva explica, portanto, como as ideologias influenciam nossos textos, como nós compreendemos o discurso ideológico e como o discurso está envolvido na reprodução social da ideologia.

Se considerarmos que as ideologias são expressas e reproduzidas na e pela linguagem, devemos assumir que é pelas formas linguísticas que dão materialidade aos discursos que essas ideologias são expressas. Nesse sentido, todas as categorias linguísticas são passíveis de sofrer investimento ideológico, o que não é diferente em relação às estratégias linguísticas das narrativas midiáticas.

Em suma: se a mídia transforma a vida diária numa história que, sob a máscara da imparcialidade, alimenta a crença em verdades universais e objetivas (FULTON, 2005b), a ACD mostra-se bastante fecunda no sentido de mostrar como isso ocorre. Para tanto, deve o analista, partindo da superfície linguística do texto, chegar ao discurso, apreendendo as posições ideológicas em jogo e observando como elas trabalham na construção de determinada visão dos eventos e, no caso de nosso trabalho, dos atores sociais.

Nesses termos, considerando, pois, o aspecto cognitivo da análise do discurso proposta por van Dijk, podemos perceber como, por meio de processos de personificação dos indivíduos, os sujeitos sociais podem exercer o que o autor chama de controle estratégico da informação e, conseqüentemente, do conhecimento que temos sobre os eventos e os indivíduos. Assim, argumentamos que, se o discurso categoriza um determinado indivíduo em termos da construção de sua imagem de herói ou vilão, de forma condizente às crenças, atitudes e ideologias do grupo do qual o locutor participa, o conhecimento dos interlocutores sobre esse indivíduo vai ser modelado, influenciando o julgamento que o interlocutor fará desse indivíduo.

É, portanto, com base na estrutura narrativa dos modelos de evento, e considerando seu importante papel na compreensão/representação mental dos eventos sociais, que conduziremos nossas análises, utilizando as seguintes categorias: participantes e suas qualificações e objetivos. No caso, como se tratam de matérias jornalísticas sobre situações de conflito, identificamos dois participantes: o Estado, em suas diversas esferas e representações, e os manifestantes.

2. Narrando a história atual: a construção da imagem dos participantes nas manifestações

Traçado o marco teórico que fundamentará nossas análises, a partir desse momento, passaremos à investigação de como as quatro reportagens especiais sobre os protestos ocorridos em junho de 2013 no Brasil, publicadas nas revistas semanais *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*, constroem a imagem dos participantes (Estado e Manifestantes) por meio de suas qualificações e objetivos.

Começemos nossas análises pela qualificação dos participantes em cada uma das revistas:

ESTADO:

REVISTA VEJA

“O PT assistiu, **pasmo e impotente**, a um território que antes lhe pertencia ser tomado por uma multidão não apenas imune aos seus comandos, mas também resistente à sua presença [...]”.

MANIFESTANTES:

“Em seguida o **bando** desapareceu, deixando para trás uma horda de imitadores que, nas duas horas seguintes, destruiu cinco agências bancárias, saqueou 27 lojas e pichou muros antes de ser dispersada pela tropa de choque”.

“Esqueçamos os **vândalos** e os **anarquistas**, gente que não estava lutando por um governo melhor, mas por governo nenhum – o que é uma estupidez”.

“O que as ruas brasileiras abrigaram na semana passada foram multidões de **libertários independentes não ideológicos cansados de corrupção e de descaso**”.

A partir da análise dos enunciados do quadro acima, foi possível notar que a revista utiliza apenas dois tipos de qualificações para se referir ao Estado, representado pelo PT, detentor do poder no período das manifestações.

Ao qualificar o partido que está no poder como 'pasmado' e 'impotente', a revista dá a ideia de que o partido não foi capaz de fazer nada naquele momento, pois não esperava a revolta da população contra seu governo. Já em relação aos Manifestantes, os adjetivos 'bando', 'vândalos e anarquistas' e 'libertários' revelam um julgamento da revista quanto a parte dos grupos que ocupavam as ruas do país. Parte dos grupos porque, para a revista, havia, ainda, o grupo dos "libertários", "independentes ideológicos cansados de corrupção e de descaso", que decidiram lutar por um país melhor, dividindo, assim, os manifestantes em legítimos e ilegítimos. Estes, como vimos, representados pelos "vândalos e anarquistas", que objetivavam apenas causar uma espécie de tumulto e praticar atos de vandalismo em meio às manifestações, e aqueles, representados pelos grupos contrários à corrupção. Comparando a qualificação dos grupos envolvidos nos protestos, observamos que, para a revista, o alvo das críticas dos manifestantes legítimos era, portanto, a corrupção, representada pelo governo do PT.

ESTADO:

REVISTA ISTO É

"Mesmo sem uma grande causa aglutinadora, [a opinião pública representada pelos jovens que foram às ruas] fez reverberar por todos os cantos do País uma insatisfação latente que o **poder institucionalizado** desconhecia".

MANIFESTANTES:

"Agora ela [a política nacional] precisará levar em conta que **a rua se sente poderosa e decidida a fazer valer sua vontade**".

"**Baderneiros** ocuparam as rampas, lançaram objetos contra a fachada de vidro do palácio, fizeram fogueiras, subiram na escultura meteoro [...]".

"**Um grupelho de mascarados** alvejou a construção centenária com pedras e bombas caseiras, deixando um rastro de destruição avaliado em R\$ 2 milhões. No dia seguinte, São Paulo foi alvo da ação dos **vândalos e ladrões** que tentaram depredar a prefeitura, picharam [...]. Apesar dos **arruaceiros**, porém, **não é essa a imagem que vai ficar dos protestos, mas sim do repúdio dos manifestantes à minoria violenta**".

"Os gritos de guerra não surgem mais em assembleias. As bandeiras não se submetem ao escrutínio de encontros às escuras de **jovens revolucionários**".

Isto É, como Veja, qualifica o Estado como um "poder institucionalizado" (poder este representado pelo atual governo do PT) e os manifestantes, novamente divididos em dois grupos. Um grupo legítimo, cujos integrantes são representados como "poderosos e decididos" e "jovens revolucionários", os quais cobram mudanças do governo, e o grupo ilegítimo, representado por mascarados, caracterizados como "baderneiros", "vândalos", "ladrões" e "arruaceiros", que se infiltraram no grupo de manifestantes pacíficos e politicamente decididos a fazer valer sua vontade.

ESTADO

REVISTA ÉPOCA

"**Dilma** não reconheceu nenhum erro do **governo** que pudesse ter levado à eclosão do movimento".

"A revolta de 2013 atacava pela primeira vez um símbolo do **Estado** brasileiro [o Itamaraty]".

MANIFESTANTES:

“De início tranquilo, **o protesto tinha quase o ambiente de uma festa popular, com inúmeras expressões de patriotismo.** [...] **A raiva venceu a tranquilidade,** quando **manifestantes exaltados** lançaram pequenas bombas caseiras contra a polícia, que retribuiu com gás lacrimogêneo”.

“A onda de passeatas **nasceu organizada por um movimento social pequeno, organizado e coeso, o Movimento Passe Livre (MPL). Tornou-se algo muito maior e mais complexo – escapou do controle de seus criadores**”.

Ao se referir ao Estado, a revista Época não o faz por meio de adjetivos, adotando os substantivos "Estado", "Dilma" e "governo" para fazer referência ao alvo das manifestações. Todavia, de modo análogo aos periódicos anteriores, também aqui, vemos o Estado representado novamente pelo governo federal apenas. Já, quando caracteriza os manifestantes, atribui qualificações às manifestações propriamente, apontando que, no início, elas eram "organizadas" e o movimento parecia uma "festa popular", com "inúmeras expressões de patriotismo", compostas por jovens reivindicando seus direitos e melhores condições de vida. Porém, em algum momento, a manifestação tornou-se algo muito maior e um pequeno grupo, qualificado como "exaltados", deu a ela um rumo diverso do pretendido, aproveitando-se do momento para a prática de vandalismo. Ao utilizar o termo "festa popular", a revista desqualifica os protestos, subtraindo o real sentido das manifestações que é uma busca por melhorias no país, já que não há comemoração em se lutar por melhores condições de vida. Posteriormente, ao afirmar que os protestos atingiram proporções maiores, escaparam "do controle de seus criadores", a revista enfatiza o caráter negativo frente à postura dos manifestantes.

ESTADO:

REVISTA CARTA CAPITAL

“Em **São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará, os governos estaduais estão na defensiva** após os espetáculos de **truculência e despreparo das suas polícias**”.

“O governador [de São Paulo] colocou **sua despreparada, violenta e ingovernável Polícia Militar** para reprimir as manifestações, não distinguindo os cidadãos que protestavam pacificamente (eram maioria) de pequeno número de violadores de tipos descritos no Código Penal”.

“Por isso, embora não tenham sido alvo das manifestações, o **governo federal e o PT se sentiram acuados e tentaram reagir.**”

“É possível que a onda de protestos force o **governo** a mudar. **Ministros estão assustados e pessimistas.** [...] Isso exigira uma coesão partidária e social em torno da **presidenta, frágil neste instante.**”

MANIFESTANTES

“**Esquerdistas utópicos e ingênuos. Radicais agressivos e violentos.** Desde o início de junho não faltaram rótulos para tentar desqualificar os manifestantes convocados pelo Movimento Passe Livre para tomar as ruas do Brasil”.

“Ao atrair **jovens escandalizados com a repressão policial,** também os jornais e emissoras de tevê passaram a demonstrar simpatia pelos **rebelados.** Se antes os manifestantes eram retratados indistintamente como **vândalos e os editoriais clamavam pela repressão da PM, a mídia passou a tratar os casos de depredação de forma mais isenta: fatos isolados, causados por pequenos grupos**”.

“Na segunda-feira 17, havia **muitos manifestantes com perfil direitista e nacionalista.**”

“Uma coisa é certa. Há décadas este país não tem uma geração de **jovens tão politizada, corajosa e brilhante quanto esta que levou a cabo as manifestações**”.

Por fim, a Revista Carta Capital, ao fazer menção aos alvos dos protestos, remete-se aos governos estaduais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e Ceará, criticando a truculência e despreparo da polícia desses estados. Contudo, é em relação ao governador de São Paulo e a "sua polícia" que as críticas são mais contundentes, pois a revista a qualifica como "despreparada", "violenta" e "ingovernável". Quando qualifica o governo federal e o PT, por sua vez, a revista revela que, apesar de não terem sido alvo dos protestos, sentiram-se "acuados", "pessimistas", mas "tentaram reagir". A presidente, por sua vez, é qualificada como "frágil". Já para se referir aos manifestantes, encontramos nos textos da reportagem qualificadores como "esquerdistas", "utópicos", "ingênuos", "radicais", "agressivos", "violentos" e "rebelados", sendo que a revista deixa claro que esses adjetivos, que buscam a desqualificação dos manifestantes, foram utilizados pelos órgãos de comunicação em geral, dentre os quais Carta Capital não se inclui. De acordo com o posicionamento assumido pela revista, os manifestantes são tratados como "direitistas" e "nacionalistas" e ainda como geração de jovens "corajosa", "politizada" e "brilhante", que conseguiu atingir alguns de seus objetivos ao passo que os protestos avançavam. Carta Capital revela, portanto, uma visão positiva em relação aos manifestantes, afirmando, inclusive, que outros veículos tentaram desqualificar as legítimas manifestações.

Ela ainda fala em "vândalos", porém apenas para se referir ao modo como os manifestantes eram retratados por outros editoriais. Nota-se, portanto, que os manifestantes são tratados conforme o contexto em que se encontram, não se sujeitando a revista a um só parâmetro para se referir a eles.

Encerrada a análise da imagem que se constrói dos participantes por meio de suas qualificações, vejamos outro aspecto das narrativas das revistas em análise, a partir dos objetivos dos participantes. Novamente, daremos início a nossas análises, pela revista Veja:

ESTADO:

REVISTA VEJA

"A Polícia Civil do Distrito Federal foi convocada a **investigar os protestos** e chegou a resultados surpreendentes – a não ser para certo grupo de petistas."

"Uma comissão especial foi criada **para ouvir os dois lados e tentar chegar a uma proposta consensual**, mas não houve acordo".

"Até a troca do ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi cogitada pelos assessores presidenciais **como uma forma de acalmar os mercados**. A ideia é que, com medidas assim, o governo possa ganhar tempo **para traçar uma estratégia de fôlego até o fim do mandato**."

"Acuados no palácio, Dilma e seus principais assessores dividiram -se na quinta -feira quanto à forma de reagir à multidão. Gleisi Hoffmann, ao ver os manifestantes mais radicais tentando invadir o Itamaraty, sugeriu colocar as Forças Armadas na rua **para defender o patrimônio público**."

"Coube aos líderes do PT favoráveis à aprovação da emenda [PEC 37, proposta de emenda constitucional em tramitação no Congresso Nacional que pode impedir o Ministério Público (MP) de fazer investigações criminais] mobilizar-se pelo adiamento da votação, **temendo mais desgastes ao governo**."

MANIFESTANTES:

"A revolução verdadeira foi a que começou a ser feita pelos brasileiros que foram às ruas **protestar por estarem sendo mal governados**. No dia 20 de junho de 2013, a presidente Dilma Rousseff ficou por quase duas horas acuada no Palácio do Planalto, impedida de deixar o local pela porta da frente por uma multidão que, do lado de fora, **bradava contra a corrupção, a PEC 37, os gastos na Copa, ela, o seu governo, todos os governos e mais uma lista sem fim de insatisfações – todas naquele momento atribuídas aos políticos no poder**."

"Os protestos das últimas semanas **evidenciaram a insatisfação da população com um governo que cobra muito** – de cada 100 reais produzidos no país, o poder público se apodera de 36 reais na forma de impostos – **e não entrega na contrapartida os serviços essenciais**."

“Os protestos deflagrados inicialmente **para exigir a redução no preço das passagens de ônibus logo evoluíram para outras causas**”.

“Na avaliação do governo, os protestos deverão continuar. **Os alvos serão o excesso de gastos com a Copa, a corrupção e a crise econômica**.”

“Ela faz parte de uma ofensiva de um grupo de petistas que quer – no embalo dos protestos nas ruas – **minar o governo Dilma e fomentar a candidatura presidencial de Lula em 2014**

O movimento agora **promete brigar contra o “latifúndio urbano”** [...]”.

“O que vale para os integrantes do *blackblock* é **empurrar as massas para o comportamento irracional**, mas eles próprios fazem isso de maneira calculada, descrita em manuais e combinada de antemão em reuniões restritas ou pela internet”.

Analisando os enunciados acima, percebemos que a revista Veja enumera como objetivos do Estado, representado pelo governo Federal, a investigação dos protestos através da Polícia Civil do Distrito Federal, a criação de uma comissão especial para ouvir os dois lados e até uma possível troca do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, objetivando, através dessas ações, que o governo consiga acalmar as manifestações e traçar estratégias. Ainda em relação ao Estado, ao ver os ataques ao patrimônio público, Gleisi Hoffmann sugeriu “colocar as forças armadas na rua”, tema que logo foi retirado da pauta da semana, pois temiam que complicasse ainda mais a situação. A revista Veja enfatiza a preocupação do Estado em relação aos acontecimentos e a tentativa de minimizar os danos. Quanto aos manifestantes, vemos como seus objetivos, ir “às ruas protestar por estarem sendo mal governados”, “exigir a redução no preço das passagens de ônibus”, referem-se ao fato de demonstrarem a sua insatisfação com o modo como estão sendo governados e com o governo em si. A revista enfatiza, ainda, em relação aos manifestantes, que “os protestos das últimas semanas evidenciaram a insatisfação da população com um governo que cobra muito” e que os protestos iniciaram para reduzir o preço das passagens de ônibus “logo evoluíram para outras causas”. Os objetivos, então, ganham um cunho político, como quando pretendem “minar o governo Dilma e fomentar a candidatura presidencial de Lula em 2014”, brigando, ainda, “contra o latifúndio urbano”. Nota-se, portanto, que o alvo é o governo de uma forma geral, contudo, com um enfoque maior no governo federal. Citando os blackblocks, a revista já menciona um lado mais obscuro das manifestações, separando, mais uma vez, os manifestantes legítimos – que lutam por causas políticas e sociais – dos ilegítimos – que objetivam “empurrar as massas para o comportamento irracional”.

ESTADO:

REVISTA ISTO É

“As ações **têm como objetivo estabelecer critérios claros e precisos para o uso dos recursos, dando um freio nos abusos como os observados em vários momentos das manifestações que se espalharam pelo País**”.

“Diálogo entre todas as forças policiais **para alinhar os protocolos de ação e com as lideranças do movimento para identificar os criminosos, separando-os da massa pacífica**.”

“**Procurando unir seu destino ao dos manifestantes**, [a presidente Dilma] **disse que “as vozes das ruas querem mais. Mais cidadania, mais educação, mais transporte, mais oportunidades. Meu governo também quer mais.**” Quando a presidenta discursou, um twitter chamado “Fora Dilma” atingia o pico, ficando entre os dez mais vistos do dia.”

“Nada disseram sobre o fato de o policial não estar identificado, prática que só é usada em combate ao crime organizado, para preservar o agente do Estado. Não há motivos para essa ação **quando a missão é acompanhar legítimos movimentos sociais**.”

MANIFESTANTES:

“Apenas 13 dias depois da realização do primeiro ato na avenida Paulista, em São Paulo, contra o aumento das tarifas do transporte coletivo, convocado pelo Movimento Passe Livre (MPL) [...]”

“Os manifestantes querem muito mais do que evitar o aumento de passagem. Eles sonham com o país melhor. Gritam contra a corrupção, contra os gastos públicos com a Copa do Mundo, contra a má qualidade dos serviços públicos, contra a precariedade da saúde e da educação, contra a PEC 37”.

“A política nacional que parecia estática, engessada no embate entre PT e PSDB, se moveu. Agora ela precisará levar em conta que a rua se sente poderosa e decidida a fazer valer a sua vontade.”

A revista Isto É, ao fazer referência aos objetivos do Estado, representado pelo Governo Federal, revela que as ações objetivam frear os abusos e fixar critérios para o uso dos recursos, havendo uma conexão entre as forças policiais para separar criminosos da massa pacífica, deixando claro para o leitor que o governo repudia a violência para conter a situação. Juntamente a esse fato, a revista também traz um trecho do discurso da presidente Dilma que afirma que não é só a voz das ruas que quer melhorias, mas seu "governo também quer mais". No momento em que Dilma fez a referida declaração, "um twitter chamado 'Fora Dilma' atingia o pico, ficando entre os dez mais vistos do dia". A revista ressalta ainda que "a missão é acompanhar legítimos movimentos sociais", mais uma vez é clara a separação entre os grupos legítimos e ilegítimos.

Já o objetivo dos manifestantes, no início, foi a luta contra o aumento da tarifa nos transportes coletivos, convocado pelo Movimento Passe Livre, porém esse movimento foi tomando outras causas – "os manifestantes querem muito mais do que evitar o aumento de passagem. Eles sonham com o país melhor" – e para conquistar seus objetivos "a rua se sente poderosa e decidida a fazer valer a sua vontade". Nesses enunciados, evidencia-se o fato de que a revista procurou mostrar o sentido dessa luta, ressaltando que o movimento objetivava, além da redução das tarifas do transporte coletivo, uma melhoria no país em geral.

MANIFESTANTES:

REVISTA ÉPOCA

“Um segundo caminho é possível, necessário – e até urgente. Exige que o governo federal esqueça suas maquinacões eleitorais e se mexa para combater os mais graves males apontados pela população: corrupção, inflação, criminalidade e a falta de recursos para saúde e educação. Alianças políticas que favorecem personagens repudiados pela população devem ser abandonadas. A teimosa visão econômica que fastia o investimento privado e impede o crescimento deve ser abandonada. Apesar da longa lista de reivindicações, os protestos pelo Brasil pediram basicamente responsabilidade, ética, ação e transparência dos políticos – principalmente daquela que ocupa o ponto mais alto da cadeia decisória”.

“Reivindicação concreta nas ruas só havia uma, lançada pelo MPL: a revogação do aumento da tarifa de ônibus das capitais”.

“As passeatas mostram que a população quer mais, quer melhorias da porta de casa pra fora”.

“Os cartazes exibidos nas passeatas revelam como o alvo dos manifestantes, mais que as tarifas do transporte público, ampliaram – se para temas como saúde, educação, corrupção e gastos com a Copa do Mundo”.

“As marchas que inicialmente pediam a revogação do aumento nas tarifas de transporte público, particularmente em São Paulo e Rio de Janeiro, fizeram brotar todo tipo de insatisfação e revolta com o Brasil atual. “Não são só vinte centavos”, diziam muitos manifestantes”.

Como observado nos enunciados acima, a revista *Época* somente se refere aos objetivos dos manifestantes. Além das reivindicações que deram impulso ao movimento, como a redução das tarifas dos transportes coletivos, principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, enfatiza a revista que tais reivindicações "ampliaram-se para temas como saúde, educação, corrupção e gastos com a Copa do Mundo" e que as passeatas revelam "que a população quer mais, quer melhorias da porta de casa pra fora". A partir desse momento cresceu todo o tipo de manifestação não apenas em estados isolados, mas sim em todo o Brasil, ficando clara a insatisfação com o governo federal. A revista destaca ainda que, em torno delas, há uma prevalência de mudança política e de governança: "os protestos pelo Brasil pediram basicamente responsabilidade, ética, ação e transparência dos políticos – principalmente daquela que ocupa o ponto mais alto da cadeia decisória", ou seja, o governo do PT, representado por Dilma Rousseff.

ESTADO:

REVISTA CARTA CAPITAL

"O governador colocou sua despreparada, violenta e ingovernável Polícia Militar para reprimir as manifestações, não distinguindo os cidadãos que protestavam pacificamente (eram maioria) de pequeno número de violadores de tipos descritos no Código Penal."

MANIFESTANTES:

"Outros tantos lutam por universidades mais democráticas, por direitos iguais aos homossexuais, por causas ecológicas. Hoje eles conseguiram parar os poderes da república e deixar a repressão policial totalmente atordoada. Com precisão cirúrgica obrigaram a suspensão dos aumentos no transporte público e mostraram a população mais pobre com quem ela pode contar para lutar por uma sociedade realmente igualitária e dotada de serviços públicos dignos e respeitosos em relação aos cidadãos".

"São militantes de esquerda, dizem, irritados com os "parasitas" interessados em manipular os jovens mobilizados para abraçar as mais variadas bandeiras, da redução de impostos ao impeachment da presidente Dilma Rousseff".

A revista *Carta Capital*, por sua vez, enumera apenas um objetivo do Estado, mais especificamente do governo de São Paulo (PSDB): "reprimir as manifestações", não fazendo nenhuma outra alusão aos objetivos estatais frente aos acontecimentos que geraram as manifestações e suas consequências. Já para os manifestantes, são destacados objetivos como: "universidades mais democráticas", "direitos iguais aos homossexuais", "causas ecológicas", revelando grande diversidade de interesses "da redução de impostos ao impeachment da presidente Dilma Rousseff". Cada grupo possui suas reivindicações próprias, mas todas em torno da redução das tarifas.

Considerações Finais: Comparando e analisando os resultados

No presente trabalho, propomos realizar uma análise da cobertura de diferentes revistas de grande circulação nacional – *Isto É*, *Veja*, *Época* e *Carta Capital* – sobre as manifestações de junho de 2013 no Brasil. Nessas análises, buscamos identificar os posicionamentos de cada um dos periódicos a respeito desse evento social que teve repercussão não só no país como no exterior, com o intuito de compreender como as ideologias subjazem à construção da imagem dos manifestantes e do Estado.

Nossos resultados levaram-nos a concluir que a construção da imagem desses participantes revela um juízo de valor por parte das revistas, capaz de influenciar direta ou indiretamente os posicionamentos dos leitores sobre os fatos reportados, até porque, como já abordado anteriormente, a mídia possui grande poder em fazer circular informações que, sob a ótica da imparcialidade, possuem alto poder de formar opinião. Além disso, a mídia é grande construtora de ideologias na sociedade, pois devido à rapidez com que faz circular informações possui grande influência na formação da opinião pública, via construção dos modelos mentais a partir dos quais entendemos os fatos.

Vejamos, portanto, como a qualificação e os objetivos desses personagens revelam posicionamentos ideológicos acerca do evento narrado. Comparando a qualificação dos manifestantes e do Estado, vemos que *Veja* e *Isto É* possuem um posicionamento bastante parecido. Em relação aos manifestantes, ambas as revistas falam em manifestantes legítimos e ilegítimos. O primeiro grupo é representado pelas pessoas cujo intuito era lutar por um país melhor ("libertários" e "jovens revolucionários") e o segundo por aqueles cujos ideais se distanciavam da "luta" pacífica, qualificados como "vândalos", "anarquistas" e "baderneiros". Já o Estado é representado pelo governo Federal (o "PT" e "poder institucionalizado").

A revista *Época*, também, apenas faz menção ao governo do PT, referindo-se à presidente Dilma como alvo dos protestos, sem, contudo, emitir julgamento de valor direto sobre o governo federal. Em se tratando dos manifestantes, nota-se que há uma equivalência com o posicionamento adotado por *Veja* e *Isto É*, uma vez que divide o movimento em dois grupos distintos – legítimos e ilegítimos – pois, se, inicialmente, os integrantes desses movimentos eram jovens reivindicando seus direitos ("expressões de patriotismo"), posteriormente, os protestos tomaram maiores dimensões com o surgimento de grupos "exaltados", com atos de violência contra as pessoas e o patrimônio público.

Em *Carta Capital*, há um enfoque na ação da polícia de alguns estados, especialmente o de São Paulo, governado pelo PSDB, frente ao movimento, qualificando-a por meio de expressões como "brutalidade", "despreparada", "violenta" e "ingovernável". Já o governo federal, é apontado como "pessimista" e "acuado", ficando evidente uma posição mais retraída por parte do poder federal. A revista defende, ainda, a necessidade de união em torno da presidente, "frágil" neste momento. Quanto aos manifestantes, a revista dá enfoque a sua atuação como um todo, não demonstrando claramente a divisão entre grupos legítimos e ilegítimos, sendo tratados, portanto, conforme o contexto em que se encontram, não se sujeitando, a revista, a um só parâmetro para se referir a eles. De modo geral, percebemos que o periódico adota posição positiva em relação aos manifestantes, demonstrando isso através de adjetivos que os qualificam como "geração de jovens politizada, corajosa e brilhante" e pela crítica direta que faz à forma como a mídia no geral vem se referindo a eles.

Considerando os objetivos de cada grupo social, vemos, nas revistas *Veja* e *Isto É*, que ambas demonstraram a preocupação do Estado em diferenciar os manifestantes legítimos e ilegítimos, buscando traçar estratégias para conter a violência perpetrada pelos grupos ilegítimos, minimizar os danos e conter os abusos, a partir de uma conexão entre as forças policiais, deixando claro para o leitor que o governo repudia a violência para conter a situação. Quanto aos objetivos dos manifestantes, as revistas evidenciaram que eles iam além do objetivo inicial – redução das tarifas do transporte coletivo –, demonstrando que a "luta" era, na verdade, por uma melhoria no país em geral.

Época, da mesma forma que não se posiciona qualificando o Estado, também não demonstra quais são os objetivos frente ao movimento. Contudo, como ocorre em *Veja* e *Isto É*, revela que o alvo das manifestações é o governo federal. Quanto aos objetivos dos manifestantes, aproxima-se, da mesma forma, da posição adotada pelas revistas supramencionadas, uma vez que apresenta a busca por outros ideais e não apenas pela redução das tarifas do transporte coletivo ("a população quer mais, quer melhorias da porta de casa pra fora").

Carta Capital posiciona-se de maneira divergente das outras três revistas analisadas ao se referir ao Estado, pois dá maior enfoque à atuação da polícia, retirando o foco dos protestos em Brasília e enfatizando os governos estaduais que utilizaram o poder punitivo para reprimir as manifestações, principalmente o de São Paulo (PSDB), que, segundo a revista, possui apenas um objetivo frente ao problema: reprimir as manifestações. A revista afirma que os manifestantes têm objetivos diversos, que vão desde a redução de tarifas de transporte coletivo, como em *Veja*, *Isto É* e *Época*, até uma posição mais radical ou até mesmo política, ao mencionar um possível impeachment da presidente Dilma Rousseff ("da redução de impostos ao impeachment da presidente Dilma Rousseff"). Todavia, como vimos, o foco maior das manifestações está nas críticas aos governos estaduais.

Assim, considerando que o discurso possui um papel de enorme relevância na construção e disseminação das ideologias – pois é através dele que as informações e opiniões são expressas a uma coletividade – que a produção e o controle do discurso são condições importantes para o exercício do controle social, conclui-se que a mídia, através de suas narrativas, ora se mostra mais favorável a um grupo ora a outro, revelando diferentes formas de interpretação dos eventos e, conseqüentemente, do modo como os reconstrói linguisticamente.

Assim, considerando que o nosso senso de realidade é estruturado por narrativas (FULTON, 2005b), do ponto de vista da ACD, torna-se, pois, fundamental, compreender como as narrativas

veiculam crenças e visões específicas sobre os eventos narrados e contribuem para a formação de nossa opinião sobre semelhantes eventos, levando-nos, no caso do tema de nosso trabalho, a fazer um julgamento prévio da forma como os manifestantes e o Estado se portaram frente às manifestações.

Por fim, há que se ressaltar que a formação da opinião baseia-se nos modelos de evento dos sujeitos discursivos, ou seja, na percepção que os sujeitos têm do ambiente em que vivem e a relação deste com o que sabem. Nesse sentido, as revistas analisadas evidenciaram que, apesar de adotarem alguns posicionamentos semelhantes, possuem também visões divergentes na abordagem do tema, comprovando, portanto, a existência da base ideológica dos modelos mentais.

Referências

- DE FINA, Anna; GEORGAKOPOULOU, Alexandra. *Analyzing narrative: discourse and sociolinguistic perspectives*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- DUNN, Anne. *Television news as narrative*. In: FULTON, Helen Elizabeth *et al.* *Narrative and Media*. New York/EUA: Cambridge University Press, 2005. p. 140-152.
- FULTON, Helen Elizabeth. Introduction: *the power of narrative*. In: FULTON, Helen Elizabeth *et al.* *Narrative and Media*. New York/EUA: Cambridge University Press, 2005a. p. 1-7.
- FULTON, Helen Elizabeth. *Print news as narratives*. In: FULTON, Helen Elizabeth *et al.* *Narrative and Media*. New York/EUA: Cambridge University Press, 2005b. p. 218-244.
- STEINBERGER, M. B. *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: EDUC; Cortez, 2005.
- VAN DIJK, T. A. *Cognitive discourse analysis: an introduction*. University of Amsterdam, 2000a. Disponível em: <www.discourses.org/MainPage2.html> Acesso em: 20 nov. 2004.
- VAN DIJK, T. A. *Ideological discourse analysis*. New Courant (English Dept.). Helsinki, v. 4, p. 135-161, 1995a. Disponível em: <www.discourses.org/MainPage2.html> Acesso em: 20 nov. 2004.
- VAN DIJK, T. A. *Power and the news media*. In: PALETZ, D. (ed.) *Political communication and action*. Cresskill, NJ: Hampton Press, 1995b. p. 9-36. Disponível em: <www.discourses.org/MainPage2.html> Acesso em: 20 nov. 2004.
- VAN DIJK, T. A. *Ideology and discourse: a multidisciplinary introduction*. Internet course for the Oberta de Catalunya. Catalunya: UOC, 2000b. Disponível em: <www.discourses.org/MainPage2.html> Acesso em: 20 nov. 2004.

Telling Current History: Media Narratives About the Protests of June in Brazil

Abstract: This paper aims at analysing the way social groups who were involved in the protests occurred in June 2013 in Brazil are represented in media narratives and the way that representation contributes – or not – to their credibility, and consequently to the construction of the groups involved in the conflict. For this purpose, we focus our attention on Critical Discourse Analysis (CDA) as proposed by van Dijk. This paper aims at understanding the discursive function of media narratives in the construction of these groups in the following weekly information magazines: *Veja*, *Isto é*, *Época* e *Carta Capital*. Our analyses revealed the way speaker's ideological views enable the image construction of these groups, according to a specific understanding of the event.

Keywords: Critical Discourse Analysis – Narratives - Protests